

Críticas “racionais” às expectativas adaptativas: avanço ou retrocesso?*

Ricardo Buratini **

Dentre as contribuições mais notáveis e reconhecidas da Teoria Geral de J. M. Keynes, a questão das expectativas representa, sem dúvida nenhuma, um dos tópicos centrais que permaneceu em debate ao longo das últimas décadas. Com o passar desses anos e com a sucessão das hegemonias de várias escolas do pensamento macroeconômico, é possível constatar que o prosseguimento do debate em torno desta questão decorreu, sobretudo, da aceitação geral do argumento trazido por Keynes de que o desconhecimento parcial dos agentes acerca do futuro impõe a necessidade de se conferir um tratamento teórico que fundamente a questão de como são formuladas as expectativas. Mais especificamente, a concordância geral a respeito da inexistência de conhecimento perfeito sobre o futuro possibilitou que a questão da formulação das expectativas surgisse como a base para o entendimento das decisões dos agentes. Contudo, tal consenso cessa por aqui. Na verdade, em cada uma das escolas do pensamento macroeconômico, a fundamentação teórica da questão das expectativas subordina-se às hipóteses que definem um certo sentido lógico específico do comportamento do agente representativo. Sendo assim, é a partir das diferentes hipóteses que definem esses comportamentos, ou seja, a partir da forma específica como se endogenizam as expectativas em cada modelo, que constatamos as divergências entre as escolas.

Tomados esses elementos e constatações como pontos de partida, procuraremos nesta breve nota retomar sumariamente o debate entre monetaristas e novos clássicos acerca das distintas formas como cada uma dessas escolas incorpora em seus modelos a questão das expectativas e como são definidos os comportamentos racionais maximizadores. Ao fazê-lo

* Esta nota contou com as esclarecedoras contribuições do Prof. Dr. Mariano Laplane, a quem o autor dedica especiais agradecimentos, isentando-o de eventuais críticas que possam ser a esta dirigidas em função do posicionamento tomado. O autor também agradece a Anna Ozorio de Almeida e Cláudia R. B. Curralero pelas críticas e sugestões.

** Mestrando do IE/UNICAMP.

objetivaremos: 1- avaliar a validade das críticas novo clássicas à hipótese de expectativas adaptativas ; 2- testar a adequação da proposição alternativa de expectativas racionais ; e, finalmente, 3- num esforço comparativo final, analisar os ganhos ou perdas de poder explicativo para interpretações tanto dos processos de tomada de decisão como dos efeitos sobre o comportamento das variáveis macroeconômicas. É preciso deixar claro que essa análise crítica será realizada tendo-se como referencial teórico os fundamentos pós-keynesianos, onde os conceitos de incerteza, assimetrias e interdependência distanciam a noção de racionalidade do agente econômico daquela usualmente conhecida como racionalidade maximizadora¹.

Ainda com o propósito de realizar esclarecimentos introdutórios, cabe uma última observação a respeito das generalizações que poderão surgir a partir dos comentários críticos e das interpretações contidas e deduzidas a partir desse texto. Quanto à ocorrência dessas generalizações, gostaríamos de explicitar que as críticas que serão listadas acerca dos resultados dos modelos que adotam as hipóteses de expectativas adaptativas e expectativas racionais não se limitam às escolas monetarista e novo clássica na medida em que o uso dessas hipóteses não se restringe aos membros dessas escolas.

Feita esta introdução, iniciaremos nossa análise listando as objeções da escola novo clássica à hipótese de expectativas adaptativas do monetarismo, sua proposta alternativa e as vantagens desta segundo seus representantes.

As objeções dos novos clássicos à hipótese monetarista

Segundo a concepção monetarista (Friedman,1974), o agente representativo que não dispõe de pleno conhecimento quanto ao futuro possui como alternativa mais adequada ater-se às informações que o passado fornece, projetando-as para frente. Ainda que este procedimento não evite a possibilidade do erro, os monetaristas explicam que, mesmo sob tais circunstâncias, trata-se da melhor opção disponível.

Em termos sucintos, a força da crítica novo clássica reside no não enquadramento do comportamento deste agente representativo descrito pelo

¹ Cabe ressaltar que não se pretende aqui retomar essas questões gerais, mas apenas situar o leitor acerca do referencial teórico no qual nos apoiaremos .Para um aprofundamento sobre essas questões veja: Cardim de Carvalho, 1988 ; Possas 1989 ; Coddington 1983 ,cap. 4.

monetarismo como um padrão de racionalidade maximizadora. Segundo os novos clássicos, os agentes que baseiam suas decisões nas observações do passado estão sujeitos a incorrer em erros sistemáticos, uma vez que o passado não fornece todas as informações relevantes para o futuro. Nesse sentido, o agente que não incorpora as limitações do passado para traçar decisões corretas não estaria fazendo o melhor uso das informações disponíveis. Em outras palavras, o agente que segue as expectativas adaptativas seria incapaz de aprender as limitações do passado como guia de decisões. Assim, por não levar em conta e não aprender através de todas as informações disponíveis, poderia errar sistematicamente pelo mesmo motivo, o que, sem dúvida, não representaria um comportamento racional².

Uma vez rejeitada a hipótese das expectativas adaptativas por sua inadequação ao padrão de racionalidade do agente maximizador, os novos clássicos propõem como alternativa a hipótese das expectativas racionais. Esta nova hipótese postula que a construção de modelos probabilísticos representa a base para as expectativas subjetivas dos agentes. Na verdade, está sendo suposto que os agentes são capazes de reconhecer antecipadamente a totalidade dos eventos cuja ocorrência é possível e, mais do que isso, que são capazes de atribuir probabilidades a cada um deles. Desse modo, torna-se possível construir um modelo que não esteja plenamente voltado ao passado e que, fundamentado numa distribuição de probabilidades que espelha com grande realismo o mundo concreto, permite a antecipação do agente, agora plenamente racional. Em outros termos, está-se afirmando que se for construído um bom modelo do mundo real - e os agentes racionais são capazes disso porque aprendem - a base objetiva para alimentar as convicções encontra-se no presente, e não exclusiva e nem principalmente no passado.

Dado que os modelos probabilísticos desempenham papel fundamental na análise das expectativas racionais, vejamos quais são as propriedades desses modelos. De um lado, a esperança matemática do erro

² Para dar um exemplo concreto da objeção novo clássica à hipótese das expectativas adaptativas, podemos reproduzir um trecho no qual está em discussão a capacidade dos agentes para a previsão da taxa de inflação quando têm por base apenas as informações do passado:

“Por que os participantes na economia haverão de ser sistematicamente ‘enganados’ pelas taxas de inflação? Supondo-se que os indivíduos estão interessados em maximizar seu próprio bem-estar, buscarão obter previsões exatas da taxa de inflação. Isso não significa que os agentes possam prever a taxa de inflação. Somente indica que deveriam utilizar toda a informação disponível nas suas previsões, incluindo a política monetária e a política fiscal propostas.” (SHEFFRIN, 1983, p. 41).

deve ser igual a zero; de outro, esses erros devem ser aleatórios apenas. Ou seja, o que essas propriedades asseguram é que, no caso de ocorrência de erros sucessivos, estes não devem estar correlacionados, já que o agente racional incorpora todas as informações disponíveis para aprimorar seu modelo.

Em vista das críticas à hipótese de expectativas adaptativas e das supostas vantagens da hipótese das expectativas racionais, façamos agora algumas observações. Em princípio, ambas as escolas admitem, aceitando a contribuição de Keynes, que não há previsão perfeita quanto ao futuro e que, portanto, necessitam fundamentar como se formam as expectativas.

No entanto, enquanto os monetaristas acreditam que adotar comportamento adaptativo baseado no passado representa a única alternativa, uma vez que o futuro em formação pouco tem a oferecer objetivamente para a formação das expectativas, os novos clássicos defendem que agentes racionais estão aptos a anteciparem-se mediante à incorporação de todas as informações disponíveis num modelo estocástico que reflete o mundo real. Em outras palavras, e agora inserindo-se numa perspectiva crítica amparada numa leitura específica da obra de Keynes (Keynes 1936, cap. 5 e 12 ; Cardim de Carvalho, 1988) , de um lado os monetaristas estão fundamentando o processo de formação das expectativas baseados apenas no “Cálculo Convencional” vinculado exclusivamente ao passado. De outro, os novos clássicos estão endogeneizando as expectativas baseados apenas no “Cálculo Convencional” ancorado em modelos probabilísticos.

Feitas estas considerações a respeito das formas específicas como monetaristas e novos clássicos endogenizam expectativas definindo agentes representativos distintos, veremos agora como a adoção de cada uma dessas hipóteses também gera implicações absolutamente distintas na análise das causas da correlação positiva entre preços e quantidades.

Quanto à análise monetarista do curto prazo (Friedman 1974, pp. 53 a 65) , ou seja, do período lógico onde ocorre a ruptura da dicotomia entre variáveis reais e nominais, podemos identificar com clareza a presença e as implicações da adoção das expectativas adaptativas no tratamento dos determinantes da renda nominal. De acordo com as equações monetaristas (Friedman 1974, pp. 48 a 53), a renda nominal é determinada pela política monetária imediata e pela diferença entre renda verificada e esperada. Sabe-se também – a partir das equações listadas abaixo – que o nível da renda esperada depende, por sua vez, da política monetária praticada no passado.

Temos, assim, um mecanismo que assegura a contabilização e reposição constante dos eventuais erros de antecipação do agente acerca das políticas monetárias passadas. Ou seja, há nos modelos monetaristas um mecanismo que, ao garantir uma “inércia” aos erros, define o agente representativo como incapaz de realizar o aprendizado através dos erros passados de modo a eliminá-los do seu modelo.

$$\begin{aligned}
 Y(t) &= V(r).M(t) \\
 Y(t) &= V[Y(T)].M(t) \quad ; T < t \\
 Y(t) &= F[M(T)].M(t) \quad ; T < t
 \end{aligned}$$

onde Y é a renda nominal, V a velocidade de circulação da moeda, r a taxa de juros associada à trajetória passada da renda nominal, t e T os períodos, e M a oferta de moeda.

O que importa ressaltar, portanto, é que nessa análise de curto prazo são esses erros repostos do passado os responsáveis pelas oscilações da renda nominal, que em parte se decompõem em elevação dos preços e em parte em aumento da produção. Em outras palavras, são os erros do passado os responsáveis, no enfoque monetarista, pelo rompimento da dicotomia entre variáveis “reais” e “monetárias”, e que, portanto, correspondem à explicação da correlação positiva entre preço e produção (ou nível de emprego).

Na análise dos novos clássicos, se bem que esta correlação positiva também seja admitida, a presença das expectativas racionais desencadeia mecanismos explicativos distintos. Senão, vejamos:

Através do exame da curva de oferta proposta por Lucas (Lucas e Sargent 1981), podemos constatar que o agente representativo baseia-se em dois componentes para a determinação das quantidades e preços a serem ofertados. O primeiro é a renda de longo prazo ou pleno emprego (suposto estável), e o segundo é a diferença possível entre preços verificados e os que foram estimados para o período t com base nas informações do período $t-1$.

$$Y_s(t) = Y_l.p. + \beta (P_t - P_{et}^*)$$
 onde P_{et}^* é o preço esperado em t com base nas informações de $t-1$.

É nesse ponto que a hipótese de expectativas racionais desempenha papel crucial. Ou seja, dado que os agentes racionais, via de regra, conseguem antecipar corretamente o nível de preços vigentes, o valor do segundo componente da determinação da oferta será, neste caso, nulo, o que equivale a dizer que a curva de oferta será vertical no nível da renda de longo

prazo ou pleno emprego. Nesse sentido, a antecipação correta dos agentes significa que as mudanças na política monetária – ou qualquer mudança que altere a posição da curva de demanda agregada – quando esta for anunciada ou prevista, não trará efeito algum sobre a produção e o emprego porque a variação dos preços não será interpretada como variação dos preços relativos, mas apenas dos preços nominais.

Contudo, mesmo os agentes racionais estão sujeitos a erros dado que o conhecimento não é perfeito. Nesse caso, dada a qualidade dos modelos, que garante erros não interdependentes e com esperança nula, a correlação positiva entre preços e quantidades só pode surgir quando, seja por choques externos não previstos, seja pela aleatoriedade, os preços esperados diferenciarem-se dos preços verificados. Apenas nesses casos os agentes interpretarão as mudanças dos preços como mudança dos preços relativos.

Acreditamos que o fundamental a se reter do que foi dito – porque sintetiza as posições das escolas – é o fato de que, para os novos clássicos, são apenas os choques externos não previstos nos modelos ou a aleatoriedade que rompem a dicotomia. Nesse sentido, ao invés de se criar – como no monetarismo – um curto prazo onde os erros de antecipação do passado permanecendo por “inércia” no modelo geravam novos erros de previsão, a explicação da ruptura da dicotomia para os novos clássicos é dada pela criação de um mundo estocástico onde só o inesperado e o aleatório fazem preços e quantidades variarem na mesma direção.

Fica claro, então, o significado da afirmação novo clássica de que é apenas quando a política monetária muda inesperadamente, expandindo a oferta de moeda, que ocorrem variações na renda real. Dada a capacidade de aprendizado do agente racional no mundo onde a probabilidade reflete a realidade e é a base da expectativa subjetiva, torna-se compreensível também nesses moldes a afirmação de que a política econômica só é eficaz assistematicamente, ou seja, não pode ser utilizada recorrentemente para elevar a demanda agregada.

Vejamos agora brevemente como o recurso de ter transformado o mundo real em um mundo estocástico para assegurar tanto a racionalidade maximizadora como preservar a noção de que os mercados fecham no pleno emprego, implicou em grande perda de poder explicativo dos modelos.

Se bem que a suposição de funcionamento estocástico do mundo das decisões tenha permitido aos novos clássicos redefinir o conceito de equilíbrio no sentido de torná-lo não mais limitado à noção de repouso e,

portanto, compatível com uma certa idéia de “dinâmica”, julgados os modelos pelo seu valor heurístico - como insistiam os próprios membros dessa escola -, temos a opinião de que os resultados foram insatisfatórios.

A persistência dos erros empiricamente verificada surge, sem dúvida, como o elemento crítico mais contundente, uma vez que coloca no centro da análise uma questão crucial refutada pelos modelos, qual seja, a importância dos mecanismos de propagação e a correlação entre os erros. Assim sendo, a incapacidade desses modelos para explicar qualquer comportamento das variáveis macroeconômicas que descreva uma tendência marcante de afastamento do produto de pleno emprego – como por exemplo, a manifestação de movimentos cíclicos da produção e do emprego – surge, ao nosso ver, como um elemento crítico suficientemente forte que deve nos levar a descartar a proposição das expectativas racionais como parte de um corpo teórico que possa captar adequadamente a essência do processo de formação das expectativas e tomada de decisões.

Considerações finais

Caberia por fim e a nível de uma breve síntese, ressaltar aqueles pontos que consideramos fundamentais para que se possa fazer uma avaliação satisfatória dos avanços e retrocessos decorrentes da sobreposição da agenda novo clássica à monetarista no campo da macroeconomia.

Primeiramente, deve-se admitir que a crítica novo clássica à hipótese de expectativas adaptativas no que tange à insuficiência do passado como guia das decisões – e, portanto, na inadequação desse comportamento como racional maximizador – é, segundo nossa compreensão, correta na sua essência. Entretanto, é importante frisar que concordar com a validade dessa crítica não implica necessariamente assumir a proposição das expectativas racionais, ou seja, admitir que o presente e os modelos probabilísticos – e não mais apenas o passado – permitem antecipação perfeita do agente sujeito apenas a erros meramente aleatórios, supondo-se a não ocorrência de choques exógenos. Ao contrário, as conclusões que decorrem da proposta de expectativas racionais representam, ao nosso ver, um grande empobrecimento da agenda da macroeconomia devido ao fato de que seu instrumental mostra-se incapaz de tratar teoricamente quaisquer encadeamentos entre períodos ou

comportamentos sistemáticos das variáveis macro que não sejam a permanência nos “arredores” do equilíbrio de pleno emprego.

Na verdade acreditamos que um avanço significativo frente às posições monetarista e novo clássica poderia ser obtido tendo-se como base os fundamentos da escola pós-keynesiana (Davidson, 1982/1983), na medida em que estes apreendem os fenômenos econômicos sob uma ótica não-reducionista, ou seja, não excluindo o fato de que dentre os atributos do sistema econômico deve-se destacar a questão da incerteza (Keynes, 1936, cap.12), das instabilidades e, portanto, do “Estado de Confiança” como elemento-chave para a compreensão do processo de tomada de decisões .

Quanto à incorporação da incerteza, deve-se afirmar que a introdução desse elemento torna mais claros os limites da formulação novo clássica uma vez que passa a ser duvidoso supor - para se dizer o mínimo - que o sistema econômico ofereça a estabilidade suficiente para que o agente econômico possa garantir seu aprendizado e com isso antecipar-se corretamente em todas as circunstâncias.

Vê-se então por fim, que a introdução da incerteza e das instabilidades ao resgatar o “Estado de Confiança” como categoria essencial para a compreensão do processo de tomada de decisões, gera uma ruptura não apenas com as hipóteses das expectativas adaptativas e racionais, mas também com algo mais geral: o padrão de racionalidade maximizadora presente tanto na escola monetarista como na novo clássica. A confirmação desta hipótese realiza-se, ao nosso ver, na medida em que sejam respondidas as seguintes perguntas: Seria racional o agente que não leva em conta a precariedade das premissas que compõem o seu modelo? É racional o agente que decide baseado exclusivamente em modelos estocásticos quando sabe-se (numa perspectiva pós-keynesiana) que o mundo real não é probabilístico e nem ergódico?

Respondidas estas questões, o que se espera portanto da escola pós-keynesiana, ou de qualquer outra que venha a compartilhar com esta os fundamentos não-reducionistas, é que, apesar das enormes dificuldades envolvidas, seja realizada a tarefa de reconstruir mais rapidamente uma agenda de pesquisa que resgate o que consideramos ser a verdadeira macroeconomia keynesiana. Acreditamos que será apenas mediante a realização dessa árdua e complexa tarefa que a macroeconomia poderá criar os anteparos aos ataques de “novos” paradigmas que afora certas

contribuições positivas tópicas, levam a um empobrecimento dos fundamentos e da agenda de pesquisa.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, F. C. (1988) “Keynes on Probability, Uncertainty and Decision Making”. Journal of Post-Keynesian Economics, vol. XI, n. 1, Knoxville.
- CODDINGTON, A. (1983) Keynesian Economics: The Search for First Principles. Londres: G. Allen & Unwin.
- DAVIDSON, P. (1982/3) “Rational Expectations: a fallacious foundation for studying crucial decision - making processes”. Journal of Post-Keynesian Economics, vol. V, n. 2, pp. 182-198.
- FRIEDMAN, M. (1974) “Theoretical Framework for Monetary Analysis”. in: R. Gordon (org.). Milton Friedman’s Monetary Framework: a Debate with his Critics. Chicago: University of Chicago Press.
- KEYNES, J. M. (1936) The General Theory of Employment, Interest and Money. Londres: MacMillan. Trad. port. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LUCAS, R. E. & SARGENT, T. J. (1981) “After Keynesian Macroeconomics” in R. E. Lucas & T. J. Sargent (orgs.). Rational Expectations and Economic Practice. Londres: G. Allen & Unwin.
- POSSAS, M. L. (1989) “Racionalidade e Regularidades: rumo a uma integração micro-macrodinâmica”, XVII E.N.E., ANPEC (mimeo).
- SHEFFRIN, S. (1983) Rational Expectations. Cambridge, Cambridge University Press.
- VERCELLI, A. (1991) Methodological Foundations of Macroeconomics: Keynes and Lucas. Cambridge: Cambridge University Press.